



CASO MARIELLE

Deputados e ativistas fazem homenagem

Sessão na Câmara marca os seis anos do assassinato da vereadora e de Anderson

» ALINE BRITO
» ANDREA MALCHER
» MAYARA SOUTO

Deputados fizeram, ontem, uma sessão solene na Câmara para homenagear a vereadora Marielle Franco (PSol) e o motorista Anderson Gomes, assassinados em 14 de março de 2018. O evento ocorreu dois dias após a Polícia Federal prender os suspeitos de terem mandado matar a parlamentar.

A sessão contou com a presença de deputados do PSol e de outros partidos; e do ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida. Quem também compareceu foi Fernanda Chaves, sobrevivente do atentado. Ela era assessora de Marielle na época. Além disso, integrantes do movimento negro ocuparam o plenário da Casa.

Nos discursos, deputados lembraram a atuação de Marielle e falaram sobre a milícia do Rio de Janeiro, reforçada por integrantes do Estado. Os presos no domingo foram o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), o conselheiro do Tribunal de Contas do estado Domingos Brazão, e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa.

“No domingo, a revolta nos tomou, porque, se já sabíamos do papel das milícias do Rio de Janeiro e dessa relação promiscua entre crime e política no nosso estado, ficou evidente a digital do estado em todos os momentos desses últimos seis anos”, destacou a deputada Talíria Petrone (PSol-RJ). “Todas as esferas do Estado brasileiro estavam no planejamento intelectual do crime, talvez mais brutal desde a redemocratização. Foi o Estado brasileiro que executou esse crime, porque as balas que mataram Marielle e Anderson foram balas do Estado.”

Silvio Almeida, por sua vez, enfatizou que o duplo homicídio foi um “prenúncio” para os anos

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Apresentação de ativistas de movimento negro na Câmara em celebração a Marielle Franco

» Lira ausente

A cerimônia na Câmara não teve mensagem do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Em outras solenidades, o deputado se manifestou sobre os homenageados, como fez há seis meses, quando o plenário fez sessão para celebrar o guru do bolsonarismo, Olavo de Carvalho, morto em 2022. E há um mês, na comemoração dos 40 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A assessoria do presidente da Câmara afirma que, há cerca de 40 dias, ocorreu uma mudança nos procedimentos em sessões solenes para que a mensagem lida durante a cerimônia fosse de autoria do parlamentar que preside a audiência, e não de Lira.

que se seguiram no país. “O assassinato covarde de Marielle e Anderson demonstrou o início de um processo de degradação institucional e civilizatória da sociedade brasileira”, frisou. “Foi o prenúncio do que nós veríamos no Brasil nos tempos que seguiram a esse crime bárbaro.”

“Estado apodrecido”

Para Silvio, o fato de o crime ter sido encomendado por três agentes públicos é um grave retrato do “adoecimento” do Estado. “Revelaram-se as entranhas de um Estado apodrecido, de uma sociedade conivente com as piores coisas e que precisa ser radicalmente reformulada”, afirmou.

“Eles subestimaram a força do povo brasileiro. Eles achavam que estavam matando mais uma mulher negra, trabalhadora, vereadora, que ninguém ia dar conta, já que geralmente o Estado brasileiro não dá conta de

personas que morrem e têm essas características”, destacou. “Só que eles se enganaram. Eles nos deram a oportunidade de discutir um novo projeto para o Estado e a sociedade, um projeto de segurança pública, de cidadania, de direitos humanos.”

Segundo o ministro, o desfecho do caso deixou “evidente” que “não existe segurança pública sem direitos humanos, e o contrário também é verdadeiro”. “O Brasil precisa retomar o controle de seu território, e isso não é usar forças policiais para ficar entrando nas casas de pobre dando tiro, soco e agredindo negros. Precisamos enfrentar com firmeza milicianos, grileiros de terra, facionados.”

Ele reforçou a importância de uma reforma agrária e urbana, além da demarcação de terras indígenas e da titulação de terras quilombolas. “São nessas ausências do Estado que o crime organizado se infiltra”, sustentou.

Luta permanente por direitos e Justiça

Mesmo com a prisão dos suspeitos de terem mandado matar Marielle, movimentos sociais enfatizam que o caso está longe de ser totalmente elucidado. Ativistas ouvidas pelo **Correio** também ressaltam que a luta por direitos humanos e Justiça é permanente.

“A gente vê, de fato, uma fratura exposta da democracia brasileira, a partir desse caso, que marca não só um capítulo para as investigações a respeito dos mandantes, mas também um novo capítulo para o país inteiro”, afirmou a diretora do Instituto Marielle Franco, Lígia Batista.

Para Ana Paula Oliveira, cofundadora da organização Mãe de Manguinhos — que teve seu filho Jonatha assassinado por

um policial em 2014 —, há um sistema que alimenta esses crimes. “Quando a gente luta por 10 anos, como eu, para que a Justiça seja feita, a gente vê polícias Militar, Rodoviária e Civil matando, fazendo chacinhas e sendo acobertadas. Pouquíssimos são os casos em que acontece uma investigação. É todo um sistema de Justiça que colabora para que essa impunidade continue acontecendo”, frisou.

Na avaliação de Mãe Tuca d’Osoguiã, diretora-executiva da Casa da Cultura Ilê Asé d’Osoguiã, em João Pessoa, e conselheira nacional de Igualdade Racial, há muitas outras pessoas a serem responsabilizadas. “Foi um crime político, que envolve

polícia, disputa de terrenos ilegais. Não tem só eles. Pegamos o fim do novo, e agora dá para a gente desenrolar para chegar no começo dele”, comentou.

Coordenadora do Movimento Mulheres Negras Decidem, Tainah Pereira disse que “enquanto não houver uma resposta exemplar, com a justa condenação de todos os envolvidos, e mais, com a adoção de medidas de reparação, prevenção e enfrentamento à violência política de gênero e raça, os direitos fundamentais, tais como previstos na Constituição, não estarão garantidos”.

A bandeira da reparação é defendida pelas ativistas. “Sem uma revisão lúcida sobre os papéis constitucionais das forças

de segurança, seguiremos reféns daqueles que têm o poder das armas. Resolver o Rio é resolver o Brasil”, acredita Tainah.

A mãe de Jonatha, assassinado com um tiro nas costas, vê inspiração em Marielle, que a acolheu, em 2014, quando seu filho morreu. “Nunca vão devolver o meu filho. Mas o que eu tenho feito é lutar para que outras mães não tenham que passar pela dor de ver o filho ser assassinado por quem tinha a obrigação de zelar pela vida dele”, disse Ana Paula. “Em nome da Marielle e de todos os filhos vítimas desse sistema podre, a gente deve continuar e acreditar que, por meio da nossa luta, podemos conseguir mudanças.” (MS)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Lira lava as mãos na prisão de Chiquinho Brazão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou a decisão sobre a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão, o que gerou indignação de parlamentares do PSol, partido de Marielle Franco, e de outras legendas de esquerda, como o PT, mas não teve nenhum questionamento por parte do Centrão, com exceção do deputado Artur Maia (União-BR). A expectativa de que haveria um acordo para acelerar o processo, de parte de alguns deputados, foi frustrada pela manobra feita pelo deputado Gilson Marques (Novo-SC), que pediu “vista coletiva” do parecer do deputado Darci de Matos (PSD-SC), relator do caso, que defendeu a manutenção da prisão. Apoiaram o pedido o PL e o PR.

No início da sessão, Arthur Maia e a presidente da CCJ, Carol de Toni (PL-SC), discutiram sobre o regimento. O deputado disse que o União Brasil não pediria vista e cobrou celeridade no processo de votação. A parlamentar esclareceu que não houve acordo entre os líderes de bancada e que o pedido de vista é regimental. “Há um clamor da imprensa de que aconteceu uma deliberação ainda hoje”, ponderou Maia, sem sucesso.

O relator Darci de Matos havia encampado a tese do ministro Alexandre de Moraes, do STF, de que a prisão preventiva do deputado foi decretada por atos de obstrução à Justiça, os quais, segundo a Corte, continuavam a ser praticados “até os dias atuais”. Gilson Marques, ao pedir vista, alegou que o relatório da Polícia Federal, que tem 479 páginas, e a decisão de Moraes, com 41 páginas, não estavam no sistema para consulta da CCJ. Roberto Duarte (Republicanos-AC) também pediu vista do ofício, com argumento de que a decisão não poderia ser tomada de afogadilho.

Na sessão, por videoconferência, Chiquinho Brazão disse que os debates na Câmara Municipal do Rio de Janeiro não podem ser usados como motivo para ligá-lo ao assassinato de Marielle. “Eu estava ali lutando para aprovar o projeto de lei que regulamentava, em um período de um ano, os condomínios irregulares”, disse. Gelada, Carol de Toni permaneceu impassível durante a sessão, como se nada estivesse ocorrendo de anormal.

A ameaça que fez de suspender os trabalhos se houvesse tumulto funcionou, ainda que parlamentares do PSol e do PL se digladiassem no plenário. Segundo ela, tentou-se um acordo para evitar o pedido de vista, mas não houve consenso. “Se um deputado pedir vista, será atendido”, explicou. Era jogo combinado com a bancada da bala: “Fico pasmo com essa pressa, com esse afogadilho”, disse Marques, ao pedir vista. Inutilmente, Sâmia Bomfim (PSol-SP) reagiu: “Pressa? Pressa? Faz seis anos desse crime bárbaro”.

Decantação

O adiamento pelo prazo de duas sessões do plenário da Câmara representará 10 dias. Como não haverá sessões na próxima semana, o assunto ficará para depois da Páscoa. O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) ainda solicitou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que submetesse o parecer de Darci de Matos ao plenário da Casa, sem esperar a CCJ decidir, como aconteceu com outros parlamentares. Foi o caso de Daniel Silveira (PL-RJ), que também foi preso por ordem do Supremo.

Lira argumentou que os casos anteriores, inclusive o de Silveira, ocorreram durante o recesso. Disse que tanto o pedido de vista coletivo quanto o adiamento da decisão sobre o assunto de sua parte para depois da Páscoa são regimentais e eram previsíveis. O calendário de sessões da Câmara havia sido estabelecido antes da prisão de Brazão, no domingo passado. Sua decisão provocou outro tumulto, deputados do PSol e do PL bateram boca em plenário.

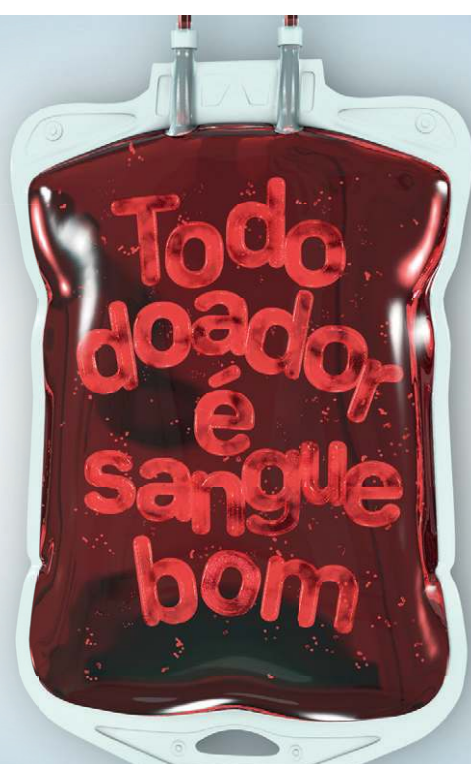
Na prática, Lira pretende deixar o assunto decantar, e não tomará nenhuma decisão sem apoio da maioria dos líderes de bancada. O que vai determinar o prazo e a própria decisão de Lira é a reação da opinião pública, que tende a se desmobilizar durante a Semana Santa. Como a indefinição também não implica soltura imediata de Brazão, Lira lavou as mãos.

Chiquinho Brazão foi expulso do União Brasil e está preso desde o último domingo, assim como o irmão Domingos Brazão e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa. A decisão de Moraes foi confirmada, na segunda-feira, pela Primeira Turma do STF. Chiquinho Brazão é acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle e do motorista dela, Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, no centro do Rio. Na época, ele era vereador na capital fluminense.

Na comissão, o advogado de Brazão, Kleber Lopes, deu uma pista de qual será a sua linha de defesa. Segundo ele, a prisão contraria a previsão constitucional segundo a qual um deputado só pode ser preso em flagrante delito por crime inafiançável. Um de seus argumentos será de que Brazão não pode ser punido pela Câmara por fatos anteriores ao exercício do mandato de deputado federal.

NÃO IMPORTA O SEU TIPO SANGUÍNEO.

Saiba como doar acessando hemocentro.df.gov.br



TODOS OS DIAS, DEZENAS DE PESSOAS NECESSITAM DE UMA TRANSFUSÃO DE SANGUE.

Mas nem sempre os estoques do Hemocentro estão abastecidos o suficiente para atender a todos. Mais do que um ato solidário, doar sangue é um gesto de bondade que pode salvar vidas. Se você tem entre 16 e 69 anos, pesa mais de 51 kg, não possui comorbidades, está bem alimentado e hidratado e não passou por cirurgia ou não fez nenhum procedimento estético recentemente, procure o Hemocentro e torne-se um doador. Um doador sangue bom.